

O CUMBE: TERRITORIALIDADE AFROVENEZUELANA E SUAS CONFIGURAÇÕES HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS

THE CUMBE: AFRO-VENEZUELAN TERRITORIALITY AND ITS HISTORICAL AND CONTEMPORARY CONFIGURATIONS

Ana Felicien¹

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-8115-687X>

RESUMO:

Os *cumbes* são conhecidos como os espaços de liberdade que pessoas de origem africana estabeleceram em contestação à escravidão, junto com indígenas e outros grupos submetidos a condições de exploração no regime colonial. Constituíram, portanto, uma prática de territorialização de autonomia e resistência ante o domínio colonial. Partindo do conceito de territorialidade e territorialidade específica, e a partir de uma pesquisa bibliográfica e de fontes secundárias, este trabalho discute sobre as experiências históricas e contemporâneas da conformação de *cumbes* afrovenezuelanos. Estas experiências indicam uma continuidade das lutas pela autonomia que abrangem, por um lado, a configuração de territórios fora e dentro das *plantations* na forma de povos de negros livres, *cumbes* e comunidades negras que resistiram a desestruturação das *plantations* após a guerra de independência e a abolição da escravidão. Desde estas diversas experiências do passado, é possível reconhecer atualmente aos *pueblos* afrovenezuelanos como territórios diferenciados na geografia nacional, apesar de que o Estado venezuelano não reconhece direitos específicos para grupos de ascendência africana. Por outro lado, a partir da mobilização política mais recente em torno ao *cumbe*, novas territorialidades estão emergindo e dis-

¹Doutoranda do Programa de pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento sustentável (PPGAA) do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), da Universidade Federal do Pará. Profissional associada à pesquisa no laboratório de Ecologia Transdisciplinária e Bem-estar humano do Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas IVIC. Mestre em Ecologia Tropical.

putando espaços como as instituições e políticas públicas dentro do Estado, como no caso do *Cumbe Nacional Afrovenezolano* e os *cumbes educativos*, assim como novos territórios de intimidade como mostra a experiência do *Cumbe de Mujeres Afrovenezolanas* e sua pauta sobre a dignificação à corporeidade das mulheres afro-venezuelanas.

PALAVRAS-CHAVE: Cumbe. Venezuela. Pueblo. Afrovenezolanidad. Territorialidade.

ABSTRACT:

The cumbes, are known as the spaces of freedom that people of African origin established in contestation to slavery, together with indigenous people and other groups that underwent conditions of exploitation in the colonial regime. They constituted, therefore, a practice of territorialization of autonomy and resistance to colonial domination. Starting from the concept of territoriality and specific territoriality, and based on a bibliographical research and secondary sources, this paper discusses the historical and contemporary experiences of the conformation of Afrovenezuelan cumbes. These experiences indicate a continuity of struggles for autonomy that include, on the one hand, the configuration of territories outside and inside the plantations in the form of free black peoples, cumbes and black communities that resisted the disintegration of the plantations after the war of independence and the abolition of slavery. From these diverse experiences of the past, it is possible to recognize today the Afro-Venezuelan pueblos as differentiated territories in the national geography, despite the fact that the Venezuelan state does not recognize specific rights for groups of African descent. On the other hand, from the most recent political mobilization around the cumbe, new territorialities are emerging and competing for spaces such as institutions and public policies within the state, as in the case of the *Cumbe Nacional Afrovenezolano* and the educational cumbe, as well as new territories of intimacy as the experience of the *Cumbe de Mujeres Afrovenezolanas* and its agenda on dignifying the corporeality of Afro-Venezuelan women.

KEYWORDS: Cumbe. Venezuela. Pueblo. Afrovenezolanidad. Territoriality.

1. INTRODUÇÃO

A formação das comunidades negras rurais, segundo Gomes (2015), foi resultado de um complexo processo que têm como ponto de partida as unidades de trabalho escravizado – fazendas, engenhos, *plantations* e outras áreas administradas pelos colonizadores (Gomes, 2015). Diversas experiências de resistência contestaram esse regime de escravidão e criaram territórios de liberdade. No caso do Brasil, estes são conhecidos como quilombos. Em Venezuela, estes territórios foram chamados *cumbes*. As comunidades criadas por homens e mulheres escravizados que fugiam do sistema escravista, e que eram chamados *cimarrones* pelos colonizadores espanhóis, assim, nos *cumbes* eles recuperaram suas culturas, religiões, tecnologias, relações sociais e práticas libertárias negadas pelo sistema escravista (Garcia, 2005). De tal forma, os *cumbes* e quilombos constituíram espaços que resultaram da experiência partilhada de resistência e autonomia dos africanos que foram escravizados e seus descendentes, sendo parte do que Cedric Robinson chama de Tradição Radical Negra (Robinson, 2020).

Patterson e Kelly (2000, p. 23) apontam que “as conexões transnacionais e as histórias comuns de deslocamento, sofrimento, exploração, adaptação e resistência articularam a população negra ao processo de expansão do capitalismo”. Também apontam que a diáspora se encontra em constante movimento e transformação por sua dinâmica migratória, produção cultural e luta política, e que existe no contexto global de hierarquias de raça e gênero as quais são reconfiguradas e contornadas pelos limites das nações e pelas relações sociais e econômicas que sustentam a persistência do colonialismo.

Nesse contexto, os esforços coletivos dos grupos de africanos que foram escravizados e seus descendentes que conseguiram ocupar e usar um espaço determinado com características ambientais particulares pode ser entendido como uma territorialidade (Leite, 2003). Criada a partir das mobilizações destes grupos que, seguindo a Stuart Hall, negociaram e disputaram sua dependência, ou, mas bem autonomia econômica, política e cultural de forma diferenciada, constituindo identidades culturais diversas. De modo que o desenraizamento que separou os povos africanos do seu passado ao mesmo tempo os unificou no meio de suas diferenças (Hall, 1997).

Em esta perspectiva, tomamos aqui a noção de *territorialidade específica*, proposta por Almeida (2009; 2012) como uma prática de territorialização de autonomia e resistência ante o domínio colonial, e que apresentam uma consciência desses grupos como distintos e com identidade coletiva própria, cujas formas de organização próprias não se reduzem à ocupação econômica ou à relação com os meios de produção, sendo que estas resultariam de vários fatores que envolvem a mobilização política em torno de uma política de identidade, para lutar e reivindicar direitos ao Estado.

Em este artigo discute sobre experiências históricas e contemporâneas de *cumbes afrovenezuelanos*, a partir de uma pesquisa bibliográfica e de fontes secundárias, visando apontar alguns elementos que constituem o caráter específico destes territórios, assim como continuidades, e novas emergências de formas de *cimarronaje* que, no presente, ressignificam esta noção na Venezuela atual.

2. OS CUMBES COMO TERRITORIALIDADE ANTICOLONIAL AFROVE-NEZUELANA

Entre as principais fontes que documentaram a chegadas de africanos escravizados no que hoje é Venezuela, destacam os trabalhos de pesquisadores como José Marcial Ramos Güédez, Angelina Pollak Eltz, Federico Brito Figueroa, e as crônicas dos frades Pedro Simón e Pedro Aguado (González 2015). Algumas destas fontes datam a chegada dos primeiros escravizados negros no início do século XVI para trabalhar nos campos de ostras na ilha de Cubagua, no atual estado de Nueva Esparta, e na província de Maracaibo. Com a administração dos Welmers, intensificou-se a importação de escravos negros com o objetivo de os empregar na Província da Venezuela na procura de pérolas e metais preciosos e na fundação de algumas cidades. A partir desse momento, registram-se aproximadamente 6.595 pessoas escravizadas, cifra que aumentou consideravelmente. Já em XVIII, eram quase 51.000 pessoas escravizadas de origem africana, predominantemente da cultura Bantú, segundo Miguel Acosta Saignes.

A conformação de *cumbes* é também registrada desde o início da implantação do regime escravista em Venezuela. A rebelião liderada pelo Negro Miguel de Buría e sua esposa Guiomar, ocorrida entre finais de 1552 e 1553, é uma das primeiras referências. Segundo cronistas da cidade de

Barquisimeto, o negro Miguel era neto do chefe de um exército real africano, kele-bolon, e se rebelou em resposta aos maus-tratos que os conquistadores espanhóis cometiam constantemente contra a população negra e indígena submetida ao regime de escravidão nas minas de Buría, na região centro-oeste da atual Venezuela (Guedez, 2008; Gonzalez, 2015).

Após a revolta nas minas, e com apoio dos indígenas Jirajaras, o negro Miguel fundou um cumbe, *o reino de Buría*, que serviu como território de resguardo para o planejamento dos ataques que fizeram os ex-escravizados, agora *cimarrones* e indígenas, as minas e cidades dos colonizadores (Laviña, 1984; Paredes, 2005; Gonzalez, 2015). Guedez (2008), aponta que pouco tempo depois, os soldados espanhóis pediram reforços e organizaram um “batalhão” com o objetivo de destruir o negro Miguel e seus aliados. Laviña (1984) destaca uma citação do cronista Frei Pedro Aguado:

Ocorreu, então, que um mineiro de Pedro de os Barrios, vizinho de Barquisimeto, por causas que o moviam, quis castigar com rigor um escravo dos que estavam a seu cargo, chamado Miguel, um negro muito ladino na língua castelhana, e até ressabido e conhecedor de velhacarias. Esse escravo, vendo-se nessa aflição, determinou não obedecer nem sofrer, mas encontrando à mão uma espada, defendeu-se do mineiro e fugiu para a montanha, de onde voluntariamente, com intenção diabólica e depravada, começou a instigar os demais escravos a deixarem a servidão em que se encontravam e a tomarem a maligna liberdade que ele havia usurpado (...) (Laviña, 1984, s/d).

Posteriormente, na década de 1790, foram registradas uma série de revoltas de escravizados que estavam ligadas às revoluções na França e em Saint-Domingue. Dentre essas, destacam as rebeliões e conspirações de Andrés Lopez del Rosario (Andresote) nos Valles del Yaracuy (1730-732), Miguel Luongo e outros escravos escravizados nos Vales do Tuy e em Caracas (1749), Guillermo Ribas em Barlovento (1771-1774), Miguel Gerônimo (Guacamaya) em Barlovento e nos Valles del Tuy (1794-1794), José Leonardo Chirinos na Serranía de Coro (1795), Francisco Javier Pirela em Maracaibo (1799), Maracaibo (1799) e muitos outros (Guedez, 2008).

Para Rojas (1993), as rebeliões negras assumiram várias formas legais como a compra de liberdade e a manumissão, quanto formas em confronto aberto com a ordem colonial, como as fugas para formar cumbes e as rebeliões e levantes, conspirações e insurreições. Para este autor, as rebeliões negras na Venezuela colonial podem ser periodizadas em dois momentos:

antes e depois da Revolução Francesa, e identifica como principais influências a crise ocorrida na Espanha em 1808 com a invasão napoleônica, evento que desencadeou o processo de emancipação hispano-americano; e a Revolução Haitiana iniciada em 1789 e sua independência em 1804. Sendo esta, a primeira república independente fundada por ex-escravizados. Essa influência significou a assimilação dos eventos antiescravistas do Haiti por parte das pessoas pretas escravizadas e libertas, e foi chamada de “Lei dos Franceses”.

Spillemaeker (2022) destaca os fortes vínculos entre as rebeliões ocorridas na região nor-oeste, na província de Coro localizada na costa venezuelana, com mobilizações e fugas de ex-escravizados da ilha holandesa de Curaçao, e a Revolução Haitiana. Assim, o contrabando com holandeses, protestos contra impostos, rumores de abolição e um novo horizonte revolucionário no Caribe convergiram na insurreição ocorrida em 1795, liderada por José Leonardo Chirinos.

José Leonardo, filho de pai negro e mãe indígena, realizou missões comerciais a serviço do proprietário da fazenda Macanillas, José Telleria, contra quem acabou se rebelando. A rebelião registrada no dia 10 de maio de 1795, hoje dia da afrovenezuelanidade, iniciou com a revolta de escravos, negros livres e mulatos, zambos e alguns indígenas que exigiram a abolição da escravidão e dos impostos. Para este autor, os insurgentes tinham um certo grau de organização e que queriam que suas exigências fossem reconhecidas como legítimas.

Os rebeldes foram derrotados por uma tropa formada por brancos e pardos. Nessa Província de Coro, também foi documentado o cumbe Macuquita, fundado por escravizados fugidos da ilha de Curaçao, que se estabeleceram nas montanhas da serra de Coro e que, atualmente, é uma comunidade afrovenezuelana reconhecida pela sua história e declarada patrimônio histórico cultural de Venezuela no ano 2009².

Rojas (1993) aponta que o cimarronaje era um fenômeno massivo como se aponta na seguinte tabela, e os cumbes eram vistos como um grande perigo pelos oficiais da coroa espanhola.

²Disponível em: <https://afroamiga.wordpress.com/2021/07/23/historia-y-tradicion-macuquita-afrovenezolanos/>

Tabela 1 – Cumbes documentados entre o século XVI e XVIII no território da atual Venezuela.

	NOME	DATA APROX.	REGIÃO	INFORMAÇÕES GERAIS
1	Nueva Troya	1590	Centro-Oeste Antiga Província de Maracaibo.	Houve a participação de cimarrones pretos e povos indígenas. Eles ficaram conhecidos como “Los negros del Mariscal Castellanos”.
2	Cumbe	1648	Oeste Província de Venezuela, Trujillo.	<i>Cimarrones</i> pretos
3	Cumbicalembe	1648	Centro-Oeste Antiga Província de Maracaibo.	Foram tachados de pretos ladrões.
4	El Empalado	1648	Centro-Oeste Antiga Província de Maracaibo.	
5	Cumbe	1665	Centro-Este Província de Nueva Andalucía (nas margens do rio Orinoco)	Cimarrones pretos. Denunciados por roubo de gado e de escravos de áreas vizinhas (<i>hatos</i>).
6	Cumbe	1677	Centro-Norte Província de Caracas.	Cimarrones pretos. Denunciados por roubo de gado e de escravos de áreas vizinhas (<i>hatos</i>).
7	Río Tocuyo	1695	Centro-Norte Província de Caracas.	Cimarrones pretos
8	San Miguel	1696	Centro-Oeste Província de Caracas (margens do rio Tocuyo)	Cimarrones pretos. Denunciados por assalto as fazendas vizinhas. Eles juntaram-se à rebelião do Cimarrón Andresote em 1732.
9	Morón	1712-1732	Centro- Norte Província de Caracas	Cimarrones pretos
10	Alpargatón Sanchón ou Anchón	1732	Centro- Norte Província de Caracas	Cimarrones pretos
11	Taría	1732	Centro-Oeste Província de Caracas (localizada nos vales de Yaracuy)	Cimarrones pretos

12	Macagua	1732	Centro-Oeste Província de Caracas (localizada nos vales vales de Yaracuy)	Cimarrones pretos
13	Parmana	1733	Centro-Norte Província de Caracas	Cimarrones pretos
14	Cumbe	1749	Centro-Norte Província de Caracas. (Ocumare del Tuy)	Cimarrones pretos. Flagrados por participarem da preparação de uma rebelião de pessoas escravizadas
15	Cumbe	1749	Centro-Norte Província de Caracas. (Santa Lucía del Tuy)	Cimarrones pretos. Flagrados por participarem da preparação de uma rebelião de pessoas escravizadas
16	Cumbe	1770	Centro Província de Caracas (nascente do rio Tucupido).	Cimarrones pretos e indigenas
17	Ocoyta	1771	Centro-Norte Província de Caracas (localidade de Panaquire).	Cimarrones pretos Liderados pelo preto Guillermo. O cumbe foi destruído em 1771.
18	Cata	1771	Centro-Norte Província de Caracas (costa de Aragua)	Rochela composta de negros, zambos e mulatos. Possuíam 50 casas com 80 famílias.
19	Cumbe de las montañas	1780	Centro-Oeste Província de Caracas (próximo de Barquisimeto)	Cimarrones pretos
20	Cumbe	1784	Centro-Norte Província de Caracas. (vale de Carayaca).	Cimarrones pretos. Denunciados por contrabando de cacau
21	Cumbe	1786-1787	Centro-Oeste Província de Caracas (próximo de Siquisique e Carora)	Varios cumbes.
22	Caño del Caracol	1787-1788	Centro Província de Caracas (em Calabozo).	Cimarrones pretos e <i>bozales</i>
23	Soapire	1788	Centro-Norte Província de Caracas. (próximo de Santa Lucía del Tuy).	Cimarrones pretos

24	Cumbe	1789	Centro-Norte Província de Caracas. (em Barlovento, próximo de Curiepe).	Cimarrones pretos
25	Cumbe	1790	Centro-Norte Província de Caracas. (em Barlovento, próximo de Caucagua).	Cimarrones pretos
26	Cumbe	1794	Centro-Norte Província de Caracas. (Em Barlovento, próximo de Capaya).	Cimarrones pretos
27	Cumbe	1794	Centro-Norte Província de Caracas. (em Barlovento, próximo de Aragüita).	Cimarrones pretos
28	Taguaza	1795	Centro-Norte Província de Caracas. (em Barlovento).	Havia 50 Cimarrones pretos.
29	Morocopa	1795	Centro-Norte Província de Caracas. (em Barlovento)	Cimarrones pretos
30	Santa María de la Chapa	1795	Norte-Oeste Província de Caracas. (Serra de Coro).	Formado por escravos, escravos fugidos de Curaçao e crioulos cimarrones.
31	Macuquita	1795	Norte-Oeste Província de Caracas. (Serra de Coro).	Formado por escravos escravizados fugidos de Curaçao e crioulos cimarrones.
32	Moroturo	1797	Centro-Oeste Província de Caracas (próximo de Barquisimeto).	Cimarrones pretos e indígenas
33	Palmarito	1798	Centro-Oeste Província de Caracas (próximo de Barquisimeto)	Cimarrones pretos e indígenas
34	Chorompón e Choromponcito	1799	Centro-Norte Província de Caracas (em Valencia).	Destruído em 1799 pelo Batalhão de Milícias de Batalhão de Milícias de Brancos de Valencia
35	San Luis de Guaraguaraico	1800	Sul-Este Província de Guayana. (nas margens do rio Rio Caura)	Colônia de negros libertos ou fugitivos do Esequibo.

FONTE: GUEDEZ (2008).

36	Guayabal	1800	Centro Provincia de Caracas (próximo do rio Guárico).	Ela foi fundada como uma Missão, mas depois é ocupada por "... muitos errantes da região de <i>los Llanos...</i> " entre eles cimarrones pretos
----	----------	------	---	--

O cumbe de Ocoyta, fundado por Guillermo Ribas, ativo entre 1769 e 1771 na região de Barlovento, atualmente é a comunidade afrovenezuelana Mango de Ocoita³. Esse cumbe também é documentado como um território no qual eram planejados e realizados ataques a fazendas de cacau da região, e os negros *cimarrones*, estavam envolvidos principalmente no roubo e na venda de cacau na costa, com a cumplicidade de um comerciante inglês, desafiando, assim, a ordem colonial.

Segundo Laviña (2005), os *cimarrones* liderados pelo negro Guillermo controlavam um amplo território que abrangia desde Ocoyta, as localidades vizinhas de Chuspa e de Ocumare, até a cidade de Barcelona ao este, estabelecendo relações cumbe a cumbe, para o comércio de cacau e o planejamento de ataques às fazendas e às cidades onde viviam os senhores escravistas ou seus representantes. O cumbe de Ocoyta foi destruído em 1771 pelas tropas de Germán Aguilera, quem levou a cabeça e a mão decepadas de Guillermo para a localidade de Panaquire e destruiu 14 fazendas que compunham o cumbe, onde foram achadas 8 armas de fogo, um barril de pólvora, sabres, e muitas lanças e flechas.

Federico Brito Figueroa (1967) estima que, em 1800, havia 87.800 escravos na Venezuela (9,7% da população) e 24.000 quilombolas (2,6%). Durante esse período, as lutas dos escravizados contra os senhores formavam parte dos conflitos envolvidos na guerra da Independência, marcando o caráter de uma guerra social profunda e aguda, de violentas lutas étnicas conduzidas pela população de cor submetida a condições de escravidão e servidão contra os brancos proprietários. Para este autor, esses fenômenos não foram previstos pelas elites crioulas-mestiças dominantes, que pretendiam romper os laços da dominação colonial espanhola, mantendo a estrutura econômica do regime colonial. Assim, durante a guerra de independência, muitos escravizados se juntaram às ações arma-

³Patrimônio natural e cultural do Município Acevedo, do Estado Miranda

das sob as bandeiras monárquicas e sob as patrióticas, e tais ações contribuíram para multiplicar as fugas e rebeliões, e para acelerar o processo de manumissão⁴.

Castillo (1980) destaca em esta guerra a forte ligação entre a ajuda que Alexander Petión, presidente do Haiti, brindou ao Libertador Simón Bolívar com o processo de libertação dos escravizados. Porém, após a guerra, a escravidão se manteve e foi abolida finalmente o 24 de março de 1854⁵. Para este autor, a ambivalência de Bolívar é claramente marcada durante e depois da guerra, e aponta que no período da guerra era mais importante alcançar e manter a independência do que sustentar a estrutura econômica escravista.

Os escravizados foram chamados a fazer parte em ambas as partes do conflito. Do lado monárquico, eram chamados a frustrar a independência, e do lado patriota eram chamados para conquistá-la. Do lado independentista liderado por Bolívar, a recompensa pela sua ajuda no exército seria liberdade, mas na paz, o escravizado volta a ser necessário como meio de produção.

Cedric Robinson, na sua obra *Marxismos Negros*, aponta em relação à Tradição Radical Negra. No caso de Venezuela, o que se tornou norma foi uma espécie de luta de classes que opunha negros livres, escravos, brancos pobres, mulatos, zambos e indígenas à classe dominante espanhola, e sublinha que o nível de violência nas rebeliões dos séculos XVIII e XIX foi muito mais elevado do que em outras sociedades escravistas sob domínio espanhol (Robinson, 2020).

3. EL PUEBLO, UMA NOÇÃO TERRITORIAL AFROVENEZUELANA.

Em relação ao processo de formação das comunidades afrovenezuelanas, são apontadas três formas principais: os *cumbes*, os *pueblos* de negros livres e as comunidades formadas a partir da desestruturação das fazendas coloniais (Aizpurua, 2001, em Ugueto-Ponce, 2015), indicando uma luta pela autonomia e a configuração de territórios fora e dentro das *plantations* que hoje são conhecidos como *pueblos* afrovenezuelanos.

Em relação a aqueles surgidos a partir das antigas fazendas, o absentismo dos donos das fazendas, as consequências das guerras de independência,

⁴Liberdade concedida ao escravo pelo seu senhor.

⁵Disponível em: <https://www.mppef.gob.ve/venezuela-conmemora-169-anos-de-la-abolicion-de-la-esclavitud/#:~:text=El%2024%20de%20marzo%20de,en%20Venezuela%20el%20movimiento%20independentista.>

e a aparente flexibilidade das normas coloniais são aspectos que possibilitaram a sua conformação (Chacón, 1950; Castillo, 1980). Güédez (2001) destaca que o escravo podia utilizar as suas horas de descanso e de duas horas nos sábados para plantar pequenas hortas. Neste sentido, Brito Figueroa (1967) aponta que apesar de suas condições de exploração, alguns escravizados conseguiram cultivar um pedaço de terra para suas próprias necessidades, chamado *conucos*, mas também pequenas plantações de cacau, as *arboledillas*⁶.

Apesar de ser uma espécie originária da região da Amazônia e do Orinoco, as plantações de cacau (*Theobroma cacao*) foram estabelecidas predominantemente na zona costeira do Caribe, principal território da diáspora africana escravizada. Assim, as fazendas (*haciendas*) de cacau foram a base da economia desta colônia, representando 78,5% do valor total das exportações em 1650 e 66% no período 1797-1800. Posteriormente, o cacau foi substituído pelo café que passou a ser o principal *commodity* de exportação até a aparição do petróleo (Carvalho e Hernández, 1984; Jaramillo, 1997).

A *haciendilla* ou *arboledilla* era uma parcela da fazenda colonial que era atribuída aos escravos para a produção de culturas de exportação, principalmente café e cacau, sob a promessa de manumissão. Ao fim de 4 a 7 anos, quando se iniciava a produção da cultura de exportação, metade da área atribuída era propriedade do escravo, agora manumitido, e a outra metade passava a fazer parte da propriedade do proprietário. Segundo Brito Figueroa (1985), a implantação das *arboledillas* foi fundamental para a manutenção e expansão da fazenda colonial, e ao vender a produção obtida nestas áreas, os escravos conseguiam gerar renda e província de Caracas.

No século XVIII, centenas de escravos conseguiram comprar sua liberdade de acordo com a lei. Ao longo do tempo, os *pueblos* que surgiram das fazendas coloniais foram reconhecidos pelas reformas agrárias, e empresas campesinas e assentamentos de agricultores particulares foram criados como formas coletivas e individuais de ocupação da terra (Trujillo, 1999).

O modelo econômico da fazenda foi, portanto, um elemento central da demografia afrovenezuelana. Castillo (1980) aponta que a distribuição da população venezuelana foi documentada pelo naturalista alemão Alexander von Humboldt, quem estimou em 1810 uma população de 900.000 habitantes

⁶Ver também <https://bibliofep.fundacionempresaspoler.org/dhv/entradas/f/formas-de-explotacion-agricola/>

nas sete províncias da Capitania Geral de Venezuela, da qual 60.000 escravizados de origem africana concentrados na região costeira compreendendo Panaquire, Yare, Sabana de Ocumare, Villa de Cura e Nirgua, com apenas 4.000- 5.000 mil espalhados em Calabozo, San Carlos e Barquisimeto ao centro-oeste. Castillo também confronta estes dados com a pesquisa de Ermila de Veracochea, quem já no ano 1979 fornece dados que reafirmam a concentração de escravos na costa, apontando predomínio de pessoas escravizadas e livres de origem africana em 44 fazendas, em 10 cidades da costa que foram recenseadas em 1800 no corregimento de Caraballeda,

Com relação à fundação de algumas cidades e *pueblos* na Venezuela colonial, segundo Guedez (2008), raras vezes é mencionada a participação de negros, mulatos e zambos; fato que, segundo o autor, não se justifica do ponto de vista histórico devido ao fato de que os negros e outras “pessoas de cor”, em sua condição de livres, além de deixarem sua marca nas atividades econômicas da Venezuela colonial, também participaram do processo de fundação de alguns *pueblos* como, por exemplo, Tanaguarena (1568), Nueva Londres (1601), Nirgua (1628), Curiepe (1721), Paya (1740), Curimagua (1795).

Para Ugueto-Ponce (2017), a aquisição do estatuto jurídico de liberdade e a construção de projetos coletivos em espaços territoriais específicos como os *pueblos* de negros livres constituíram outras formas de viver que evidenciam a autonomia dos atores coloniais de origem africana, em função das realidades sociais particulares, e os quadros jurídicos das colônias europeias. A autora destaca que a forte ênfase no cimarronaje tem dificultado a valorização de estas outras formas de resistência cultural.

No entanto, como foi apontado na seção anterior, mais do que compreender estes processos de formação de *pueblos* afrovenezuelanos como estratégias de resistência ao regime colonial isoladas e independentes umas das outras, elas constituíram arranjos anticoloniais interligados, além das fronteiras dos estados coloniais e republicanos, como mostram as relações entre cumbes e fazendas e as relações com as rebeliões e fugas do Caribe que já foram descritas aqui. Um exemplo destas interações foi apontada na revisão histórica realizada por González (2015).

A autora sublinha que a revolta do Miguel de Buría desestabilizou o regime colonial da região e o trabalho nas minas produzindo uma certa insegurança nos colonizadores, pois estavam cercados por negros *cimarrones* e indígenas, e que anos após a revolta, a concentração de muitos descendentes

dos negros e índios da revolta de Miguel foi tão grande que a Coroa Espanhola permitiu a fundação de *pueblo* de Nirgua.

Como resultado destas diversas experiências do passado é possível reconhecer atualmente aos territórios afrovenezuelanos de forma diferenciada na geografia nacional, a pesar de que o Estado venezuelano não reconheça direitos territoriais específicos para grupos de ascendência africana. Como uma das evidências desta herança, do 53,72% da população total do país recenseada no ano 2011, quando pela primeira vez o censo nacional incluiu a pergunta sobre pertencimento étnico-racial, se identificou como afrodescendente, negra e morena, sendo a região Centro-Norte a que apresentou uma maior população auto-reconhecida como negra e afrodescendente (INE, 2014).

4. NOVAS TERRITORIALIDADES, NOVOS CUMBES: A LUTA PELA AUTONOMIA A PARTIR DO ESTADO, DA POLÍTICA E DO CORPO

A partir da mobilização política mais recente, novas territorialidades estão emergindo em torno do cumbe, e estão disputando espaços como as instituições e políticas públicas dentro do Estado, mas também espaços e territórios de intimidade como o âmbito doméstico e os próprios corpos, que seguindo as feministas latino-americanas, ao ser entendidos como corpos-territórios têm sido os principais espaços de luta e disputa anticolonial afrodescendente.

Em relação ao âmbito do Estado, a constituição atual foi produto de um processo constituinte no qual o movimento social afrovenezuelano apresentou diversas propostas para que a noção de afrovenezuelanidade fosse incorporada no carácter multiétnico e multicultural da República, assim como também fosse reconhecida a propriedade coletiva das terras *cimarronas* ou *cumbes*, mas tais propostas não foram incorporadas (García, 2007).

No caso da Red de Organizaciones Afrovenezolanas (ROA), Jesús Chucho García um dos seus principais representantes, aponta que a rede reivindica os *cumbes* e os toma como referência para a organização e articulação das ações dos membros da Rede. Assim, existem os *cumbes* estaduais, os *cumbes* locais e os *cumbes* operacionais que funcionam na capital do país, Caracas (García, 2005). Posterior ao processo constituinte, o movimento afrovenezuelano conseguiu a criação de várias instituições e programas públicos, por meio de um processo de institucionalização que Monagreda (2020) descreve como “construção de múltiplas entradas institucionais”.

Algumas são: a Oficina de enlace com comunidades afrodescendientes

no ministério da cultura; a Comissão Presidencial para a Prevenção e Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial⁷, extinta recentemente; e duas instituições nacionais: o Conselho Nacional para o Desenvolvimento das Comunidades Afrodescendentes na Venezuela (Conadecafro)⁸ para propor políticas com perspectiva racial, e o Instituto contra a Discriminação Racial (Incodir)⁹, para a prevenção e eliminação do racismo. Porém, não existe um reconhecimento nem políticas ou instituições específicas as comunidades negras rurais.

Ruette— Orihuela e Caballero-Arias (2017) apontam que este processo é definido movimento social afrovenezuelano como “*cimarronaje* institucional” e indicam que esta prática política estaria moralmente mobilizada por uma “ética *chimarrona*”. Que seria um quadro de ação coletiva que sintetiza ideologias de resistência histórica perante à continuidade da exclusão racial e social.

Como um recentemente produto desse *cimarronaje* institucional, foi publicada a Agenda do Programa para os Afrodescendentes¹⁰ como parte das ações setoriais do planejamento do governo nacional. Nesta agenda, propõem-se ações e programas para as comunidades rurais a partir de uma identificação geral de territórios e localidades segundo critérios “geo-históricos”, não definidos explicitamente no documento, nos quais são identificadas um conjunto de regiões geográficas afrodescendentes da Venezuela¹¹. Estas regiões seriam um tipo de geografia da negridade (Restrepo, 2014) e parecem delimitar comunidades marcadas pela presença negra e com uma história ligada à economia colonial, principalmente ao cacau e cana de açúcar.

Nesta agenda, o cumbe é proposto como uma das “chaves afrovenezuelanas para a construção histórica da Revolução Bolivariana” e são destacados três princípios deste: a defesa do território, que reconhece os cumbes como espaços que praticaram a defesa coletiva do território e a insurgência ao regime colonial; a unidade na diversidade, lembrando o carácter interétnico dos cumbes e as alianças que se estabeleceram entre indígenas, pardos e mesmo brancos pobres para resistir ao sistema de opressão colonial; e, finalmente, o princípio da organização popular baseado na responsabilidade partilhada,

⁷Comisión Presidencial para la Prevención y eliminación de todas las formas de discriminación racial.

⁸Consejo Nacional para el Desarrollo de las Comunidades Afrodescendientes de Venezuela. Disponível em: <https://conadecafro.wordpress.com/>

⁹Instituto Contra la Discriminación Racial. Disponível em: <http://incodir.mijp.gob.ve/>

¹⁰Agenda Programática de las y los Afrodescendientes. Disponível em: <https://conadecafro.files.wordpress.com/2021/05/agenda-programatica-afro-1.pdf>

¹¹Regiones Geográficas Afrodescendientes de Venezuela.

inspirado nos valores de solidariedade, ajuda mútua e trabalho coletivo que são atribuídos aos cumbes que existiram durante o período colonial. Esta agenda é resultado da mobilização política atual, especialmente em torno da realização de um terceiro congresso nacional¹², no qual foi declarado o Cumbe Nacional Afrovenezuelano, uma instância de articulação permanente dos atores que participaram deste congresso.

Outros dos territórios institucionais ocupados pelo movimento afrovenezuelano é a educação, chamados de cumbes educativos. Foram implementados programas educativos específicos do Ministério do Poder Popular para a Educação, que esteve sob direção da liderança nacional do movimento afrovenezuelano Aristóbulo Istúriz, que foi ministro em vários períodos. Estes cumbes se propõem como ambientes de inclusão e paz nas instituições de ensino presentes nas comunidades afrovenezuelana.

Segundo Argenis Delgado, educador e liderança do movimento afrovenezuelano, um dos princípios destes cumbes é a *pedagogia do tambor*, retomando a importância do tambor como um elemento ancestral com uma vida sonora, e um instrumento que foi mediador da transmissão de conhecimento via oralidade, e como um símbolo de resistência espiritual. Portanto, o tambor é, no cumbes educativos, uma ferramenta básica para a pesquisa, e um articulador dos seus executantes e participantes por meio da sonoridade¹³.

Outro princípio da proposta educativa é a afroepistemologia. Elaborada por Jesús Chucho García, a afroepistemologia se refere ao conhecimento e a cosmovisão própria dos africanos e os seus descendentes. Para García (2022) esta tem dimensões ontológicas e epistemológicas que seriam a base da construção social do conhecimento, e que se manifesta numa ética e práticas próprias. Tais éticas e práticas são acionadas em espaços educativos como o Centro Educativo Integral Comunitario Cuyagua (CEICO Cuyagua), uma experiência antecessora dos cumbes educativos cujas práticas estão voltadas a realização de pesquisa, formação, organização e comunicação permanente dirigida aos atores da comunidade sobre o fato educativo comunitário; a reconstrução da memória histórica local, regional, nacional e internacional; a

¹²III Congreso Nacional Afrovenezuelano realizado no mês de fevereiro de 2023. Disponível em: <http://www.miranda.gob.ve/index.php/hector-rodriguez-exhorto-a-la-comunidad-afrodescendiente-a-mantener-la-lucha-por-el-equilibrio-social/>

¹³Disponível em: <https://conadecafro.wordpress.com/2022/07/12/cumbes-educativos-y-la-pedagogia-del-tambor-llego-a-guarico/>

promoção e o reconhecimento da identidade local, regional, nacional e internacional; a promoção e o desenvolvimento do poder local e a promoção de um modelo de desenvolvimento endógeno de base social (Preciado, 2017). CEICO Cuyagua está localizado na região da costa central na comunidade afrovenezuelana do mesmo nome, Cuyagua, que foi fundada em torno de uma fazenda de cacau, hoje de propriedade coletiva. As maestras do CEICO são mulheres da comunidade que são reconhecidas atualmente como lideranças da educação intercultural.

Finalmente, uma outra experiência contemporânea está acionando a noção de cumbe no âmbito do feminismo e direito das mulheres. O Cumbe de Mujeres Afrovenezolanas, um movimento social que atua contra a violência de gênero e pelo autorreconhecimento étnico-racial. Escalona-Rojas (2009) aponta que as ações deste movimento partem da premissa de que o corpo da mulher afrovenezuelana sempre foi um território histórico de conquista, e que atualmente persistem um conjunto de estereótipos que criam uma imagem distorcida dos corpos das mulheres afrovenezuelanas.

Segundo a autora, por um lado, a imagem das mulheres negras serviciais como a Negra Hipólita, babá e ama de leite de Simón Bolívar, libertador e fundação da nação; por outro lado, a representação da mulher negra como uma tentadora sexual desenfreada é mantida pela indústria turística e, no geral, no imaginário da população comum, na mesma lógica que criminaliza as mulheres vítimas de abuso sexual. Seguindo Patricia Hill Collins, estes estereótipos podem ser compreendidos como imagens de controle, representações das mulheres negras que foram criadas desde o período da escravidão, e que reatualizados continuamente, operam para sustentar a ideologia do racismo e legitimar a objetificação da mulher negra e sua exploração e subordinação aos grupos dominantes.

Perante isso, a autora destaca o trabalho desenvolvido pelos movimentos *Cumbe de Mujeres Afrovenezolanas* e o *Proyecto Diáspora Hoy*, voltado à criação literária e escrita criativa e fotográfica com mulheres negras, como meio de auto-reconhecimento através da imagem, envolvendo um processo de formação integral e uma abordagem terapêutica que a partir da perspectiva do autorreconhecimento étnico e da exigibilidade dos direitos humanos, aborda situações de violência de gênero sofridas pelas mulheres destas comunidades. Escalona-Rojas escreve que, com estes esforços, o cumbe de mulheres visa promover o direito e a possibilidade de uma

vida sem violência e sem discriminação de gênero e étnico-racial a partir dos espaços mais íntimos, dos quais se recupera a dignidade das mulheres afro-venezuelanas.

Assim, as mobilizações políticas contemporâneas acionam novas dimensões territoriais através da noção do *cumbe*, que adquire novas possibilidades de emergência em espaços públicos, como o caso do Estado e as políticas públicas, e espaços privados e íntimos, como o âmbito doméstico, os corpos-territórios das mulheres afrovenezuelanas.

5. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, é possível reconhecer uma continuidade no *cimarronaje* e a criação de espaços de liberdade, que mais do que ficar como um registro das experiências históricas de confronto ao regime de escravidão dão conta do que Almeida (2013) chama “politização do tradicional”, que promove ruptura com o tempo linear. E, neste caso, recupera territórios tradicionalmente ocupados, como os *pueblos* afrovenezolanos, e configura também novos territórios a serem ocupados pelos novos *cumbes*, como o caso dos congressos nacionais do movimento afrovenezuelano, os *cumbes* educativos e o *cumbe* de mulheres.

Neste sentido, estas territorialidades são específicas, diversas, contemporâneas e ancestrais, as quais, com diferentes graus de reconhecimento, não se limitam apenas aos espaços geográficos físicos, mas ocupam e disputam espaços contemporâneos que configuram novos territórios, onde operam as relações de dominação: o corpo, o espaço doméstico, as instituições e as políticas públicas.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, A. W. B. de (org.). **Povos e Comunidades Tradicionais**. Manaus: PNCSA/UEA, 2013. p.157-173.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Territórios e territorialidades específicas na Amazônia**: entre a “proteção” e o “proteccionismo”. Caderno CRH, 25(64), 2012. doi: 10.1590/S0103-49792012000100005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Agroestratégias e Desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. de; CARVALHO, Guilherme (orgs.). **O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica**. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório COMOVA/UFPA, 2009, p. 57-105.

AIZPURUA, Ramón. En Busca de libertad: los esclavos fugados de Curazao a Coro en el Siglo XVIII. En Influencias africanas en las culturas tradicionales de los países andinos. **II Encuentro para la Promoción y Difusión del Patrimonio Folclórico de los Países Andinos**. Santa Ana de Coro, 2001.

BRITO FIGUEROA, Federico. La población y la estructura social de Venezuela en las primeras décadas del siglo XIX. **Bulletin hispanique**, v. 69, n. 3, p. 347-364, 1967.

FIGUEROA, F. B. (1985). **El problema tierra y esclavos en la historia de Venezuela (Vol. 14)**. Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca.

CARVALLO, G., & de HERNÁNDEZ, J. R. (1984). **Temas de la Venezuela agroexportadora** (Nº. 1). Fondo Editorial Tropykos.

CASTILLO, AUREO Yépez. Los esclavos negros en Venezuela en la segunda década del siglo XIX: fundamentos legales y actuación. **Boletín de la Academia Nacional de la Historia**, v. 63, n. 249-250, p. 113, 1980.

CHACÓN, Résmil E. (1950). **El desarrollo de la propiedad cacaotera en Cauca-**

gua durante el siglo XVIII. Económica, p. 321.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a política de empoderamento.** Boitempo, 2019.

ESCALONA ROJAS, Blanca. Cuerpos violentados y mitos sexuales: Sobre dignificar la corporeidad de las mujeres afrovenezolanas. **Revista venezolana de estudios de la mujer**, v. 14, n. 32, p. 183-189, 2009.

GARCÍA, Jesús Chucho. **Cimarronaje, Afroepistemología y Soberanía Intelectual.** Editorial El Perro y la Rana: Caracas, 2022

GARCÍA, Jesús Chucho. La deuda del Estado venezolano y los afrodescendientes. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 12, n. 1, p. 223-232, 2007.

GARCÍA, Jesús. **Afrovenezolanidad e inclusión en el proceso bolivariano venezolano.** Ministerio de Comunicación e Información, 2005.

GOMES, Flávio. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil.** Editora Companhia das Letras, 2015.

GONZÁLEZ, Yulibeth. Los aportes de los afrodescendientes a la historia de Venezuela: “El Negro Miguel 1553-1650”. **Heurística: revista digital de historia de la educación**, n. 18, p. 12, 2015.

GUÉDEZ, José Marcial Ramos. **Contribución a la historia de las culturas negras en Venezuela colonial.** Fondo Ed. IPASME. 2008.

GUEDEZ, José Marcial Ramos. La rebelión del negro Miguel en la historiografía venezolana. Archipiélago. **Revista Cultural de Nuestra América**, v. 28, n. 111, p. 58-62, 2021.

HALL, Stuart. Cultural identity and diaspora. In: MCDOWELL, L. (Ed.) **Undoing place?: A geographical reader.** Arnold, p. 231-242, 1997.

INE Instituto Nacional de Estadística. **Caracterización de la Población Venezolana por Autoreconocimiento Étnico-Cultural.** 2014 Disponível em: <http://>

www.ine.gov.ve/documentos/SEN/menuSEN/pdf/subcomitedemografica/Documentos2014/Caracterizacion_de_la_Poblacion_Venezolana_po_Auto_reconocimiento_Etnico_Cultural_2014.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

LAVIÑA, Javier. Notas sobre el cimarronaje en Caracas durante el siglo XVII. **Boletín americanista**, p. 153-160, 1984.

LAVIÑA, Javier (coordinador). **Esclavos rebeldes y cimarrones**. Fundación Hernando de Larramendi Tavera, Madrid, 2005.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia 322. Universidade de Brasília, 2002.

MARCHESE, Giulia. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: Elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. **Entre-Diversidades, Revista de ciencias sociales y humanidades**, n. 13, p. 9-41, 2019.

MONAGREDA, Johanna K. **Estado e cidadania diferenciada a partir do pertencimento étnico-racial afrodescendente no Brasil e na Venezuela: uma perspectiva comparada**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

PAREDES, Carlos Sixirei. Dos libros sobre esclavismo. **Minius**, n. 13, p. 357-364, 2005.

PATTERSON, Tiffany Ruby; KELLEY, Robin DG. Unfinished migrations: reflections on the African diaspora and the making of the modern world. **African Studies Review**, v. 43, n. 1, p. 11-45, 2000.

PRECIADO, Alberto. Educación integral comunitaria y afroepistemología en Cuyagua, Venezuela. **Derecho y Realidad**, v. 15, n. 30, 2017.

RESTREPO, Eduardo. Articulações da negridade: políticas e tecnologias da diferença na Colômbia. **Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas**, v. 8, n. 1, p. 190-204, 2014.

ROBINSON, Cedric J. **Black Marxism, revised and updated third edition: The making of the black radical tradition.** UNC press Books, 2020.

ROJAS, Reinaldo. Rebeliones de esclavos negros en Venezuela antes y después de 1789. Revista Principia. **Revista de Cultura**, 1993.

RUETTE-ORIHUELA, Krisna; CABALLERO-ARIAS, Hortensia. "Cimarronaje Institucional:" Ethno-racial Legal Status and the Subversive Institutionalization of Afrodescendant Organizations in Bolivarian Venezuela. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 22, n. 2, p. 320-338, 2017.

SPILEMAEKER, Frédéric. Movilizaciones subalternas y desafíos al orden colonial en Venezuela a finales del siglo XVIII. Mélanges de la Casa de Velázquez. **Nouvelle série**, n. 52-1, 2022.

TRUJILLO, Liubka Valentina; IZQUIERDO, Alexis; IZQUIERDO, Ángela. Sostenibilidad y pobreza rural: Una interpretación de las potencialidades y limitaciones de los sistemas cacaoteros del estado Aragua. **Revista agroalimentaria**, v. 5, n. 8, p. 93-100, 1999.

UGUETO-PONCE, Meyby. Curiepe y San Mateo de Cangrejos: pueblos de negros libres y ejemplos contrahegemónicos del pensamiento afrocaribeño. Humanía del Sur: **Revista de Estudios Latinoamericanos, Africanos y Asiáticos**, v. 12, n. 22, 2017.